

A ÁFRICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO OS DESAFIOS DO DESENVOL- VIMENTO A LONGO PRAZO

Fátima Moura Roque

Professora Catedrática de Economia e Directora do Gabinete de Estudos Africanos, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

I

**A globalização é um facto¹:
para o bem de todos ou o mal de muitos?**

A globalização é hoje um fenómeno presente em todos os domínios da vida dos homens, mas um fenómeno que é necessário conduzir com sensatez, declarou o Papa por ocasião do Jubileu do Ano 2000. «A solidariedade, a participação e a possibilidade de regulamentar a globalização constituem, senão a solução, pelo menos a garantia ética necessária para que as pessoas e os povos não se convertam em instrumentos mas em protagonistas do seu próprio futuro...», acrescentou o Santo Padre, que apelou aos agentes económicos a «... fazerem frente aos desequilíbrios económicos e sociais...» por forma «... a restabelecer-se uma justa hierarquia de valores, tendo em primeiro lugar a dignidade do Homem, a sua liberdade, a sua responsabilidade e participação».

Um alerta idêntico veio de Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, numa sessão especial do encontro anual do Fórum Económico Mundial (FEM) que decorreu em Davos (de 25 a 30 de Janeiro de 2001): «... se não conseguirmos pôr a globalização ao serviço de todos, no final não funcionará para ninguém. A distribuição desigual dos benefícios e os desequilíbrios existentes a nível global nos centros de decisão, que caracterizam hoje a globalização, produzirão inevitavelmente instabilidade e proteccionismo. E isso, por sua vez, ameaça enfraquecer e em última análise desarticular a economia aberta mundial que tão cuidadosamente tem sido construída ao longo do último meio-século». Apesar das dificuldades, Kofi Annan acredita que «... a globalização pode e irá contribuir para o bem-estar de todos os povos do mundo...». Contudo, acrescenta que «... é muito difícil aceitar a inevitabilidade deste resultado num mundo onde metade dos seres humanos lutam para sobreviver com menos de dois dólares por dia, onde menos de 10 por cento do orçamento global dedicado à investigação na área da saúde é dirigido à resolução de problemas que afectam 90 por cento da população...», e onde a propriedade intelectual é mais rigorosamente defendida e protegida do que os direitos humanos fundamentais, nomeadamente os das crianças.

Apesar da globalização ser um fenómeno de dimensões internacionais, influencia as diferentes partes do mundo de forma desigual. Na África, por exemplo, as consequências da globalização ainda não se concretizaram em transformações estruturais². O dia a dia da maioria dos africanos continua, no início do século XXI, a «... evidenciar exclusão e não integração, miséria e não perspectivas de progresso...» concluiu o Presidente da Tanzânia, Benjamin William Mkapa, no encontro de Davos (2001).

¹ Ver, em Cleary (2001), as principais características definidoras e as raízes da actual globalização.

² A globalização não é só um fenómeno meramente económico. Está intimamente ligada também a questões de natureza política, tecnológica e cultural. Acima de tudo, tem sido influenciada pelo progresso nas telecomunicações e nos sistemas de comunicação social, registado a partir do final da década de 1960 (Giddens 2000, p. 22).

Não obstante esta constatação dramática «a globalização é um facto» – acrescentou Joschka Fischer, ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, em Davos (2001) –, a «... globalização é incontornável e deve servir o homem...» (Romano Prodi, Diário de Notícias, 20/07/01), e por isso «...ninguém, absolutamente ninguém, que pretenda progredir a pode ignorar...» (Giddens 2000, p. 19). Todavia, segundo Sen (2001), «... a globalização não é uma loucura... a globalização enriqueceu o planeta do ponto de vista científico e cultural e também beneficiou muitos do ponto de vista económico. Há apenas alguns séculos, a pobreza e uma vida miserável, bestial e breve, como escreveu Thomas Hobbes, dominavam o mundo... As situações precárias não podem inverter-se se os mais desfavorecidos forem privados dos benefícios consideráveis da tecnologia contemporânea, da sólida eficácia do comércio e das trocas internacionais, enfim das vantagens tanto sociais como económicas de sociedades mais abertas do que fechadas». Assim, o actual (entenda-se «hegemónico e neoliberal») «modelo de globalização é insustentável... não serve... e há um modelo alternativo que tem como objectivo a justiça social e o desenvolvimento sustentado...» (Boaventura de Sousa Santos, Visão, 26/07/01, e Diário de Notícias, 25/07/01). Esse modelo alternativo³ «... reclama o advento de um mundo melhor e de uma ordem social mais justa...», «... onde a economia esteja ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço da economia...» (Mário Soares, Expresso, 28/07/01 e 2/02/02).

Samir Amir, director do Fórum do Terceiro Mundo, defendeu em Porto Alegre (no Fórum Social Mundial, em Janeiro de 2001), o desenvolvimento de uma filosofia humanista para a transformação do mundo, de forma a assegurar a igualdade dos povos e o desenvolvimento solidário das nações. Para ele «... o capitalismo é uma utopia permanente e obedece à lógica da submissão aos interesses transaccionais, produzindo desigualdades...». Encontramo-nos, assim, numa situação a que Prodi (2001) diz poder chamar-se «de três injustiças»: (i) o acentuado desequilíbrio social e de prosperidade económica entre os segmentos mais ricos e os mais pobres nos países desenvolvidos; (ii) a mesma disparidade crescente nas sociedades dos países pobres; e (iii) o fosso cada vez maior, em termos de níveis de crescimento e de bem-estar médio, entre os países ricos e os países pobres⁴. A globalização, dizem os pessimistas (Giddens 2000, p. 26), cria um mundo de vencedores e vencidos, minorias que enriqueceram rapidamente e maiorias condenadas a uma vida de miséria e desespero.

Será ainda possível pôr em prática uma globalização humanizada e solidária⁵, que possa contribuir para que a África ultrapasse as suas deficiências e desequilíbrios estruturais?

Em Davos (FEM em 2001), o Presidente da Tanzânia, lançou um importante desafio aos principais líderes da economia mundial para que reflectissem sobre o papel que a globalização deve ter na promoção do desenvolvimento sustentado na África e de uma maior equidade social a nível global. Na sessão de abertura, o Presidente Mkapa fez o seguinte comentário: «acredito que a globalização pode promover o desenvolvimento em África, tal como teoricamente a Tanzânia pode ganhar o campeonato mundial de futebol. O mesmo pode acontecer com a participação e sucesso da Tanzânia, um país subdesenvolvido, na batalha da globalização. Todavia, para que isto se concretize, é fundamental que haja uma vontade genuína, firme e sustentada por parte das nações industrializadas e das suas multinacionais, de promover os meios adequados à criação de um ambiente propício conducente ao desenvolvimento da capacidade que permita atingir tal objectivo».

A Tanzânia não ganhou ainda o campeonato do mundo, nem sequer – tal como nenhum outro país africano – beneficiou até agora grandemente da globalização. Qual foi então o significado da declaração do Presidente Mkapa? A resposta foi dada por ele próprio durante o encontro: «para nós, africanos, o ponto central gira à volta da vontade política, do realismo económico e da boa fé. Têm as nações industrializadas que controlam o comércio mundial essa vontade política e essa boa fé? Têm as multinacionais desses países vontade genuína em ajudar a África a ser um jogador de peso no futuro? Tem sido esse o comportamento que a experiência evidencia em relação à aplicação dos Acordos do Uruguay Round na Organização Mundial do Comércio, bem como às tendências verificadas na Ajuda Pública ao Desenvolvimento, nos movimentos de capitais e nas razões de troca?» Estes são, sem dúvida, os factores críticos para que a África possa resolver com sucesso os constrangimentos existentes do lado da oferta e possa participar com eficácia nos movimentos globais do comércio e investimento⁶.

Os acontecimentos em Davos mostraram, em certa medida, até que ponto os ricos e poderosos deste mundo global reconheceram a importância de garantir que os países menos desenvolvidos, na sua grande maioria na África, não devem ser votados ao abandono à medida que avança a onda da globalização.

³ Pelo segundo ano consecutivo, Porto Alegre reúne milhares de participantes para o Fórum Social Mundial (de 31 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2002), cujo lema é um outro mundo é possível, numa aposta de que é possível lutar por um mundo melhor.

⁴ Tony Blair (nas Nações Unidas, em Setembro de 2000) reconhece este aspecto da mundialização ao realçar «... a triste evidência de insucessos por parte do mundo desenvolvido, que choca e envergonha a nossa civilização...». Giddens (2000, p.26) afirma adicionalmente que «... a globalização não está a evoluir de forma imparcial...». E Annan (2000 b) realça que os «... benefícios da globalização estão distribuídos de uma forma muito desigual, porque o mercado global ainda não está assente em regras baseadas em objectivos sociais comuns...».

⁵ O mundo de hoje depende em grande medida de uma economia que tem como vectores fundamentais a informação (cuja disponibilidade é praticamente universal) e as novas tecnologias, e está assente na existência de uma sociedade aberta e na criatividade de cidadãos livres. Todavia, sem lei e ordem, sem governação democrática e transparente, bem como sem divisão de poderes e justiça social, não há estabilidade para se desenvolver a nível global os recursos humanos e materiais que devem constituir a base de uma globalização ao serviço de todos (ver Moura Roque 2001).

⁶ «Pregarem aos países em desenvolvimento as virtudes do mercado livre não passa de hipocrisia, se não abrirem os seus próprios mercados (dos países ricos) aos produtos destes países ou se continuarem a inundar o mercado mundial de exportações de produtos alimentares subsidiados, impossibilitando os agricultores dos países pobres de competir com eles...» (Annan 2000 b).

A África na era da globalização...

Mas, quem nos assegura que, esquecidas as manifestações de protesto em Seattle, Davos, Porto Alegre, Génova e Nova Iorque, os países africanos não são novamente abandonados e engolidos por esta onda demolidora da globalização? Ou, relembrando as dúvidas sábias do Presidente Mkapa, importa questionar se, de facto, existe a vontade política, o realismo económico e a boa fé necessárias para evitar a marginalização dos países mais pobres. E isto só saberemos quando, como realça Kofi Annan (2000 b), «... os homens, as mulheres e as crianças comuns das cidades e das aldeias do mundo inteiro puderem melhorar a sua vida... (assim) a globalização estará de facto a promover a inclusão e a permitir que todos partilhem as oportunidades que oferece...». Só assim começaremos a eliminar a pobreza e a exclusão social no mundo.

II

A globalização e o desfasamento entre os países mais ricos e os mais pobres

Na última década, a África subsariana não teve praticamente crescimento do rendimento *per capita* nem muito menos redução significativa da pobreza (Dollar 2001, p. 101). O saldo no fim do século xx é que a África subsariana continua a ser ultrapassada em desenvolvimento económico, social e político por todas as outras regiões do mundo, e que os esforços para corrigir estas distorções durante os últimos vinte anos não tiveram grande êxito (Van de Walle 2001, p. 141).

Os princípios da liberalização económica e da democratização política têm sido o «leitmotiv» da globalização, ao acentuarem a confiança nos mecanismos de mercado e na soberania do voto popular. Todavia, este compromisso ideológico para com os méritos do funcionamento do mercado tem imposto aos países menos desenvolvidos um preço bastante elevado⁷ (Cleary 2001).

Na conferência de Helsínquia (Junho de 2001) sobre o crescimento económico e a pobreza nos países subdesenvolvidos discutiu-se a urgência de encontrar uma abordagem que permita à população dos países mais pobres beneficiar do crescimento económico mundial.

O desfasamento entre os países mais ricos e os países mais pobres está a aumentar, enquanto a ajuda internacional ao desenvolvimento tem diminuído continuamente em termos reais⁸. O fosso entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres da população

mundial aumenta a uma taxa aproximada de 3 por cento ao ano. Dos seis mil milhões de habitantes, 2,8 mil milhões sobrevivem com um rendimento diário inferior a dois dólares e 1,2 mil milhões com menos de um dólar por dia⁹. Mais de 1,5 mil milhões de pessoas não têm acesso à água potável e cerca de 125 milhões de crianças em idade escolar não vão à escola. Na África mais de 300 milhões de africanos vivem em estado de pobreza absoluta, e este número tende a aumentar na próxima década¹⁰. Para inverter esta tendência é urgente que a comunidade internacional resolva o problema da dívida dos países mais pobres e assegure o acesso dos seus produtos aos mercados dos países desenvolvidos¹¹.

A incidência de doenças da pobreza, como a sida, a malária e a tuberculose tem destruído drasticamente a possibilidade de haver progresso económico e social na África, baixando a esperança de vida, reduzindo a produtividade e o número de trabalhadores qualificados, diminuindo a qualidade dos serviços públicos, bem como traumatizando comunidades locais e sociedades inteiras.

Em 2001, a sida terá causado a morte de três milhões de pessoas e um pouco mais de cinco milhões de novas infecções, sendo de 40 milhões o número de seropositivos no mundo, três quartos dos quais na África subsariana. No final de 2000, 28,1 milhões de africanos viviam com o HIV/sida. Na sua maioria, se não fizerem tratamento adequado, terão sérias dificuldades em sobreviver.

Segundo o programa das Nações Unidas para a sida (UNAIDS), estima-se que cerca de 36 por cento da população adulta no Botsuana, 25 por cento no Zimbabué e Suazilândia e 20 por cento na África do Sul e Zâmbia esteja infectada¹². Estes valores são gritantemente mais elevados que os 8.6 por cento da África subsariana e que os 1.1 mundiais.

Em 2010, a esperança de vida cairá de 60 anos para cerca de metade nos países mais afectados, e a taxa de crescimento da população estagnar-se-á ou passará a negativa em muitos países da sub-região. As potenciais consequências sociais e económicas da epidemia da sida são extremamente graves. Haverá efeitos substanciais em muitas variáveis económicas, incluindo no PIB, na pobreza, na distribuição de rendi-

⁷ A liberalização das transações da conta de capital causou, em 1997 e 1998, uma excepcional volatilidade nos mercados de divisas, com importantes implicações para a economia global. Foi profunda a rotura das economias emergentes. Como George Soros realçou (Davos 2001), mesmo que as economias ocidentais e a maior parte dos sistemas bancários tenham sobrevivido à crise sem grandes sobressaltos, os da periferia foram profundamente abalados.

⁸ Nas conclusões da conferência de Helsínquia, os economistas do Banco Mundial apelaram à comunidade doadora para desenvolver uma nova política de ajuda externa, mais eficaz e transparente, de forma a permitir que os países mais pobres possam beneficiar do crescimento económico mundial e da globalização (Diário de Notícias, 4/06/01).

⁹ Na Cimeira do Milénio das Nações Unidas (Setembro de 2000), os líderes mundiais decidiram reduzir para metade a percentagem de pessoas com um rendimento inferior a um dólar por dia, a percentagem das pessoas que ainda são vítimas da fome e a percentagem das pessoas que não têm acesso à água potável ou não têm capacidade económica para dispor dela. E tudo isto deve ser conseguido até 2015. A história julgará estes líderes pelo que tiverem feito para cumprir esta promessa (ver Annan 2000 b).

¹⁰ Estes dados estatísticos foram divulgados durante a conferência internacional sobre a globalização e o renascimento africano na Cidade do Cabo (África do Sul, Novembro 2001).

¹¹ Soros realçou também (Davos 2001) a necessidade de haver um melhor equilíbrio entre a criação de riqueza e a sua distribuição.

¹² Apesar deste indicadores aterradores, a propriedade intelectual na forma de patentes das indústrias farmacêuticas tem sido considerada mais importante do que a vida dos africanos. Investiu-se o que foi necessário para o desenvolvimento do Viagra, mas desencorajou-se a investigação sobre a variante africana do HIV. Quantas pessoas morrem em África por não terem os medicamentos mais comuns?

mento, na oferta de mão-de-obra, na poupança interna, na produtividade e no capital físico, humano e social. Em particular, a sida está a afectar a estrutura social das comunidades locais, destruindo as redes sociais existentes e os mecanismos de apoio tradicionais. Está também a criar uma geração de órfãos, que atingirá mais de 10 por cento da população em alguns países. Por exemplo, estima-se que na África do Sul entre 4 a 6 dos 43 milhões de habitantes morrerá de sida por volta de 2010, deixando para cima de 2 milhões de órfãos.

A Organização Mundial de Saúde estima que são gastos anualmente 60 mil milhões de dólares na investigação médica; todavia, menos de 10 por cento desta soma é aplicada na investigação de doenças que afectam 90 por cento da população mundial, como a malária, a tuberculose e o HIV/sida. Apesar do evidente empenhamento político, o montante de fundos afectados ao combate das doenças da pobreza não tem sido suficiente para alterar a situação. Só um aumento maciço de fundos e de recursos humanos, bem como um combate eficaz à pobreza e à exclusão social poderão contribuir para melhorar o nível e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos nos países africanos.

A deterioração das razões de troca e a diminuição da percentagem representada por África no contexto do comércio mundial têm sido uma realidade inalterada, nas últimas quatro décadas, na vida do continente¹³.

O Norte quer que os países do sul abram os seus mercados; todavia, os países ricos são proteccionistas nos sectores em que o Sul é mais capaz de competir, como na agricultura, nos têxteis e no vestuário¹⁴. As poderosas empresas americanas, quando confrontadas com a concorrência dos produtores de aço e ferro dos países subdesenvolvidos, não hesitam em usar tarifas anti-dumping para bens considerados «injustamente baratos». O mesmo se verifica em relação aos «direitos aduaneiros acumulados» (taxas cada vez mais altas por cada degrau no processo de produção) impostos com o objectivo de proteger na Europa os têxteis, a agricultura, o aço, etc.... A Organização Mundial do Comércio (OMC) «forçou» a União Europeia a abandonar o seu regime de importação de bananas, que favorecia os pequenos produtores africanos. As grandes empresas americanas conseguiram convencer a OMC que esse regime contrariava as regras do mercado livre. As vítimas destas regras da globalização são os agricultores pobres do Gana, da Costa do Marfim, do Benim e do Togo. Medidas como estas — que con-

tinuam a existir apesar de todas as reivindicações sobre os benefícios do comércio livre¹⁵ — obstaculizam efectivamente o crescimento económico na África, reduzem o emprego nas cidades e o rendimento das famílias africanas.

Como realça o relatório do Banco Mundial (2000), se os EUA, a Europa e o Japão abrissem os seus mercados às exportações provenientes da África subsariana, estas aumentariam cerca de 14 por cento — um aumento anual equivalente a 2,5 mil milhões de dólares. Um outro dado chocante está ligado aos subsídios atribuídos à agricultura dos países desenvolvidos: estes custam cerca de 360 mil milhões de dólares por ano, 30 milhões acima do PIB total da África. Enquanto os preços das exportações dos países ricos têm vindo a aumentar, os preços dos produtos primários exportados pelos países africanos diminuíram, em média, cerca de 25 por cento entre 1997 e 2000.

Todavia, foi tomada, em Fevereiro de 2001, pela União Europeia (UE) uma decisão que pode servir como bom exemplo de que há outra forma, «mais justa, mais solidária», de encarar o comércio internacional. A UE decidiu, abrir os seus mercados às exportações dos 48 países mais pobres do mundo, isentando-as de quaisquer direitos aduaneiros e libertando-as de quaisquer quotas¹⁶. Esta decisão resultante de um difícil consenso entre os Quinze, foi obtida ao fim de seis meses de negociações e só foi possível graças à adopção de períodos transitórios para alguns produtos agrícolas (nomeadamente o açúcar e o arroz, considerados produtos «mais sensíveis»), que podem ir até 2009. As armas são a única excepção. Com esta medida, a UE quis dar um sinal aos países em vias de desenvolvimento de que uma nova ronda de negociações para a liberalização do comércio mundial no âmbito da OMC pode ser também do seu interesse. Depois do fracasso de Seattle, em finais de 1999, os EUA e a Europa têm-se esforçado por convencer os países menos desenvolvidos de que são sérias as suas promessas de ajudar a reduzir o abismo que continua a separar ricos e pobres (Teresa de Sousa, Público, 2/03/01).

Em 9 de Novembro de 2001, iniciou-se mais uma cimeira da OMC (em Doha, Qatar) que, além da formalização da adesão da China à organização, ficará marcada pelo início de um novo ciclo de liberalização comercial. A OMC integrou, pela primeira vez, na sua agenda negocial os quatro componentes fundamentais para assegurar o desenvolvimento equilibrado e sustentado do comércio internacional: vectores nas áreas económica, ambiental, social e de apoio ao desenvolvimento. «Em todas

¹³ Adicionalmente, a quota da África na afectação do investimento estrangeiro mundial caiu de três para um por cento na última década, e a esmagadora maioria do investimento realizado destinou-se ao sector petrolífero, localizado em 3 ou 4 países e funcionando como «economia de enclave», com muito pouco ou nenhum benefício para as respectivas populações.

¹⁴ As barreiras não pautais são característica comum mesmo quando as exportações dos países em vias de desenvolvimento não constituem uma ameaça significativa às economias dos países ricos. Há inúmeras evidências de esforços feitos pelos países desenvolvidos no sentido de extrair benefícios máximos do sistema de comércio global, mesmo sendo este já manifestamente enviesado contra os interesses dos países pobres. Por exemplo, a imposição dos direitos aduaneiros do tipo harmonio a produtos transformados, incluindo produtos agrícolas, de países pobres, levanta dúvidas sobre a sinceridade da boa fé dos países ricos (Mkapa, Davos 2001).

¹⁵ Pondo de lado as considerações porventura sensíveis da utilização pelos produtores sul-africanos de nomes de marcas como «porto» e «sherry», é difícil acreditar que os produtores italianos de Grappa e gregos de Ouzo se sintam lesados pelo fabrico de volumes insignificantes desses produtos na África do Sul. No entanto, as exigências para que os sul-africanos abandonassem essas designações quase votou ao fracasso o Acordo de Comércio Livre entre a UE-AS negociado laboriosamente durante mais de 5 anos, depois de ter sido iniciado por João de Deus Pinheiro em 1994.

¹⁶ O Banco Mundial estima que esta medida pode traduzir-se num acréscimo de exportações na ordem dos 20 por cento (Teresa de Sousa, Público, 2/03/01).

A África na era da globalização...

estas vertentes, embora com diferentes níveis de ambição, os objectivos propostos para Doha foram alcançados» (Teresa Moura, *Expresso*, 24/11/01).

Pela sua inegável importância para a África destacam-se as medidas aprovadas de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente em duas áreas: no acesso aos mercados, onde se reconhece que as negociações terão em consideração as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento, e no acesso aos medicamentos, onde utilizando a flexibilidade do acordo referente à propriedade intelectual (TRIPS) será permitida a produção de medicamentos por via da utilização de licenças obrigatórias. Criam-se, assim, instrumentos adicionais que irão permitir combater com mais eficácia doenças como a sida, a malária e a tuberculose, que por si só têm sido um poderoso obstáculo ao desenvolvimento social e económico do continente africano.

Muitas das economias da África subsariana têm sido deformadas ao longo dos anos e consequentemente sofrem de graves distorções micro e macroeconómicas, institucionais e de distribuição, bem como de profundos desequilíbrios internos e externos e de extensas desarticulações regionais. Todavia, o endividamento continua a ser um dos principais travões do desenvolvimento sustentado a longo prazo dos países africanos.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial desencadearam, em 1996, um programa de acção com vista à redução da dívida externa para níveis sustentáveis, condicionado ao cumprimento de políticas macroeconómicas, estruturais e sociais supervisionadas pelas instituições de Bretton Woods. Esta iniciativa em favor dos países pobres fortemente endividados (sigla HIPC, para *heavily indebted poor countries*), tem passado por algumas transformações positivas, ao longo dos anos. Apesar da maior flexibilidade, o êxito deste programa tem sido reduzido¹⁷, pelo menos em África.

A iniciativa do milénio para o perdão da dívida dos países mais pobres (*Millenium Debt Initiative*) apresentada pela coligação Jubileu, em 1999, na reunião do Grupo dos Oito, em Colónia, está já a produzir resultados em 20 países da África subsariana e da América Latina. Na Cimeira de Colónia, a iniciativa HIPC foi ampliada: alargou-se a admissibilidade, acelerou-se o ritmo de redução da dívida e ligou-se mais estreitamente a redução da dívida à diminuição da pobreza. O sucesso global desta iniciativa depende da forma e da rapidez como as reformas propostas conseguirem melhorar as condições de vida das populações nos países mais pobres com dívidas insustentáveis. Contudo, para o sucesso ser duradouro, esta iniciativa deve ir além do perdão da dívida e deve mobilizar apoio político de forma a aumentar a assistência ao

desenvolvimento e a melhorar as oportunidades de comércio dos países em desenvolvimento.

Por conseguinte, para se promover o desenvolvimento sustentado e equitativo dos países mais pobres altamente endividados é essencial definir-se uma agenda credível baseada em elementos ligados ao perdão e à sustentabilidade da dívida, ao crescimento económico e social, à afectação eficaz e solidária dos recursos e à expansão do comércio.

O princípio da condicionalidade do perdão da dívida deve ser orientado para o crescimento. E as estratégias de crescimento devem exigir mais do que somente políticas macroeconómicas prudentes. Assim, são fundamentais: mecanismos que promovam o respeito dos direitos de propriedade e o funcionamento eficaz dos sistemas financeiros, bem como políticas comerciais abertas e investimentos «qualitativos» em bens públicos essenciais, nas áreas da educação, da saúde e do desenvolvimento rural. Todavia, em muitos países africanos estes investimentos excedem a capacidade que os governos têm para os financiar através das receitas disponíveis. A afectação eficaz dos recursos está intimamente ligada ao princípio da condicionalidade e, por sua vez, o princípio da sustentabilidade da dívida à credibilidade e à disciplina exigidas aos países devedores e aos credores. Na iniciativa de Colónia prometeu-se uma redução substancial da dívida aos países pobres que se comprometam a investir o montante do perdão no desenvolvimento dos sectores sociais, como a educação e a saúde. A concessão de mais recursos multilaterais deve obedecer a uma afectação rigorosa e dirigida aos sectores sociais, à reabilitação de infra-estruturas e ao desenvolvimento rural e agrícola. A promoção da expansão do comércio é também fundamental. O fracasso na eliminação de direitos aduaneiros elevados, de outras restrições e de subsídios, por parte dos países mais desenvolvidos, prejudica as exportações dos países mais pobres, impõe custos económicos adicionais e oferece uma justificação política a estes governos para a retardar a liberalização do seu comércio e investimento.

O desfasamento – de riqueza, de indicadores de saúde, de nível e qualidade de educação e de uso de novas tecnologias –, com alargamento contínuo, motivado por todos estes factores e precipitado pelos novos sistemas que estão a produzir a nova ronda de globalização, constitui uma ameaça real à sustentabilidade do sistema capitalista que gerou o extraordinário crescimento da última década. Esta situação insustentável, como argumenta Soros no seu último livro «A crise do Capitalismo Global» (1999), ameaça o sistema capitalista no mundo. Constata-se diariamente o desequilíbrio entre ricos e pobres – através do fluxo interminável de imigrantes que atravessam o Mediterrâneo para norte e da Europa do Leste e Central para a Europa Ocidental; através dos boicotes e das manifestações em Seattle, em Davos, em Génova e em Nova Iorque, bem como através dos dois encontros em Porto Alegre (2001 e 2002), que representam uma cultura em sentido contrário àquela que animou Davos (2001) e Nova Iorque (2002);

¹⁷ Em 2001, 41 dos países mais pobres do mundo, e fortemente endividados, devem cerca de 170 mil milhões de dólares a credores estrangeiros, enquanto metade dos seus 600 milhões de habitantes vivem com menos de um dólar por dia. Nove em cada dez destes países não conseguem honrar as dívidas, dadas as suas baixas exportações e os seus baixos PNB. E a não ser que uma grande parte dessa dívida seja perdoada, estes países pobres fortemente endividados nunca conseguirão pagá-la totalmente (Thomas 2001, p.69).

através das críticas crescentes às instituições de Bretton Woods (BM e FMI); através dos milhões de refugiados e deslocados na África; através da fome e das doenças que dizimam populações inteiras; através dos conflitos armados que parecem não ter solução....

Apesar das dificuldades que o chamado «continente sem esperança» enfrenta, acredito na África. Poderá levar algum tempo a encontrar o caminho da paz, da reconciliação, da justiça social, do progresso económico e social, e do desenvolvimento sustentado, todavia, a África ressurgirá pela força dos seus povos, a sua maior riqueza. Os povos africanos têm uma cultura milenar, uma vitalidade espantosa, uma extraordinária capacidade de resistência, de diálogo, de reconciliação, de saber esperar e de querer determinar a sua história e o seu futuro.

III

Os desafios do desenvolvimento a longo prazo: a resposta africana à globalização

A África permanece um continente com enorme potencial ainda não realizado e muitas vezes irreversivelmente danificado¹⁸. É por isso urgente transformar a África, «... esse continente pobre e marginalizado...» (Mbeki, Davos, 2001), de forma a construírem-se sociedades mais abertas, mais transparentes, mais participativas e mais justas.

Muitos dos países da África subsariana enfrentam, na primeira década do século XXI, dois grandes desafios: alcançar uma paz duradoura baseada na reconciliação, nacional e regional, e construir uma cultura de governação democrática e transparente que os conduza ao desenvolvimento sustentado a longo prazo com justiça social.

O sistema de governação de muitos países africanos é ainda caracterizado por um total desrespeito pelos direitos humanos assim como pela marginalização da grande maioria dos seus povos. A participação popular através de um processo político aberto – com liberdade de expressão garantida, diferenças de opinião toleradas e decisões democráticas aceites e respeitadas – é uma característica rara em muitos sistemas políticos africanos.

A consolidação de uma governação democrática e responsável exige: (i) respeito pelos direitos humanos, incluindo a igualdade da mulher e dos grupos historicamente desfavorecidos; (ii) fortalecimento do papel da sociedade civil; (iii) medidas urgentes para a erradicação da pobreza e exclusão social; (iv) criação de estruturas e processos democráticos e participativos; (v) educação primária universal e serviços básicos de saúde; (vi) programas para um desenvolvimento social, económico, institucional e regional sustentado a longo prazo.

Os países africanos dominados por conflitos não conseguiram (ver Adedeji 1999, p. 15): (i) estabelecer as bases da lei e ordem; (ii) manter um ambiente político não discriminatório; (iii) fazer investimentos adequados em infra-estruturas e serviços sociais públicos; e (iv) incluir e proteger a maioria das populações, particularmente os segmentos mais vulneráveis – crianças de rua, órfãos, mulheres, mutilados e idosos.

Estes desafios devem ser vencidos. Como Green (1999a, p. 34) concluiu, «... um estado pós-guerra necessita de restaurar a segurança, a governação não repressiva, a infra-estrutura básica e a oferta de serviços essenciais, ou não será considerado como legítimo por muito tempo e novos conflitos aparecerão...». Estabelecer e manter uma boa governação em países com histórias longas de conflitos violentos será, contudo, uma tarefa gigantesca¹⁹.

O primeiro fórum anual de governação em África (1998) identificou os elementos essenciais de uma cultura democrática – idênticos aos já enumerados pela Comissão Económica para África, em 1997 – como sendo: a transparência governativa; líderes competentes e dedicados; uma sociedade civil forte; processos e estruturas governativas eficientes; relações pacíficas entre o Estado e os grupos sociais; estabilidade e aceitação das regras do jogo; respeito pela lei e ordem; garantias constitucionais; *media* independentes; participação plena na sociedade, vida política e administração pública (ver também Wemple 1999, p. 8).

Instituições democráticas são por isso essenciais para a sustentabilidade da paz e da reconciliação nestes países. Instituições corruptas e autoritárias devem ser substituídas por organismos que reflectam as esperanças e aspirações dos povos. Há vários elementos que necessariamente constituem a base de uma reforma política. Entre eles estão:

- a eliminação do clientelismo político;
- o encorajamento de debates públicos sobre políticas que representem abordagens alternativas;
- a atribuição de plenos poderes ao povo, possibilitando a exigência de políticas económicas responsáveis e permitindo que os detentores de cargos públicos sejam criticados e censurados.

A reforma política deve, além disso, ser apoiada pela democracia económica se se quiser satisfazer mesmo as necessidades básicas da maioria das populações africanas. A pressão para a reforma política na África nos anos de 1980 reabriu o debate sobre a relação entre democracia e desenvolvimento sustentado. Há dois estudos importantes sobre este tópico para África (ver Chikulo 1997, p. 25): o relatório da

¹⁸ Se bem que transformações estruturais políticas e económicas estão a ter lugar em alguns países africanos, proporcionando «... a base para algo histórico acontecer, isso ainda não aconteceu...» (Sachs, Davos, 2001).

¹⁹ Mas é, não obstante, necessário. Como Kofi Annan (2000) reitera, «... a melhor forma de prevenir um conflito é garantir boa governação, democratização, respeito pelos direitos humanos e políticas para um desenvolvimento equitativo e sustentado...» (The Economist, 1/01/00, p. 91). Furely (1999) faz um sumário exaustivo das organizações regionais que se dedicam à prevenção de conflitos e têm sistemas de «alerta» a funcionar nesse sentido.

Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA 1989) – *African Alternative Framework* –, que estabelece a relação entre progresso económico, responsabilização política e participação popular, e o estudo do Banco Mundial (1989) – *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth* –, que liga a reabilitação económica com sucesso à liberalização política.

Há uma estreita relação entre a qualidade da governação e a *performance* da economia²⁰; porém, o caminho da transição para a democracia e eficaz funcionamento dos mercados está menos bem definido, havendo duas escolas que apresentam abordagens diferentes para explicar esta causalidade (ver Moura Roque 2000, pp. 87-89).

Sem profundas reformas democráticas será impossível alcançar-se o consenso social necessário para se realizar a transformação económica na África. Alcançar a transformação económica democrática na África coloca, contudo, desafios reais dadas as experiências recentes nestes países, relacionadas com: os efeitos das guerras e as dificuldades de construir um verdadeiro empenhamento na reconciliação nacional e regional; a fraqueza da cultura democrática e da sociedade civil; a corrupção, instabilidade social e criminalidade; a fraca capacidade institucional nos ministérios – chave; os inadequados níveis de poupança interna e investimento; sectores financeiro e bancário pouco desenvolvidos; capacidade empresarial pobre e infra-estruturas debilitadas e destruídas; e as economias severamente distorcidas e quase totalmente dependentes da produção de alguns produtos primários.

Se bem que a pobreza²¹, a instabilidade e a corrupção²² tenham sido as principais características herdadas da década de 1980, estava em andamento em meados de 1990, em muitos países da África subsariana, uma transformação simultaneamente política²³, económica²⁴,

institucional e social, que lançava desafios, impunha responsabilidades e propiciava oportunidades que não existiam há muitos anos na África. Já não era possível falar do continente africano como um todo homogêneo. Num lado encontravam-se países envolvidos em guerras civis e com instabilidade social, e no outro lado países que estavam a realizar progressos significativos nas reformas macroeconómicas, na transição política e no respeito pelos direitos humanos.

Apesar da perspectiva promissora, este resultado revelou-se, todavia, frágil e insuficiente para garantir um ambiente económico e social estável e credível. O pessimismo em relação à África voltou a ser característica dominante dos debates internacionais. Guerras civis, violação dos direitos humanos, instabilidade social e política, má gestão da economia, corrupção, ausência de instituições credíveis e democráticas, infra-estruturas destruídas, e catástrofes humanitárias que dizimam comunidades inteiras – são marcas indissociavelmente ligadas à visão dominante que se tem sobre a África, no início do século XXI. Bastam alguns indicadores para se compreender a gravidade da crise e do subdesenvolvimento que hoje afligem a África: (i) sob o ponto de vista social e económico, a maioria dos países está pior do que nos anos de 1960; (ii) o rendimento conjunto dos países da África subsariana é sensivelmente igual ao da Bélgica; (iii) metade da população da África subsariana (aproximadamente 300 milhões de habitantes) vive com 65 centimos de dólar por dia; (iv) os africanos possuem os índices mais baixos de bem-estar e as suas condições de vida ficam muito abaixo da média mundial; (v) a maioria dos países gasta mais no pagamento do serviço da dívida e em defesa do que em educação e saúde; (vi) em todo o mundo cerca de 300 mil crianças são combatentes activos, 120 mil das quais neste continente; (vii) cerca de 43 por cento das pessoas que sofrem de desnutrição no mundo encontram-se na África; e (viii) os maiores atropelos aos direitos humanos ocorrem também neste continente.

A redução da pobreza permanece, portanto, o desafio central do desenvolvimento²⁵. Em muitos países africanos, certos grupos são excluídos socialmente e beneficiam muito pouco do progresso económico e social. Minimizar estes flagelos sociais, através da estratégia do «desenvolvimento inclusivo» (*inclusive development*)²⁶, deve continuar a ser um objectivo prioritário do século XXI na África. Para o alcançar, políticas macroeconómicas sólidas e continuadas, investimento maciço na educação e saúde, fortalecimento dos sectores finan-

²⁰ O principal obstáculo «... no caminho do desenvolvimento pacífico de uma cultura política e um ambiente económico estável é a má governação...» (Oduvuga 1999, p. 48).

²¹ Segundo dados estatísticos divulgados na conferência de Helsínquia sobre o crescimento económico e a pobreza nos países subdesenvolvidos (junho 2001), na África subsariana, de 1990 para 2000, a população a viver com menos de um dólar por dia aumentou de 242 para 290 milhões de pessoas. Em 2001, mais de 70 milhões de pessoas – quatro em cada dez habitantes da SADC – vivem em estado de pobreza absoluta no espaço da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Cidade do Cabo, 1/11/2001).

²² Klitgaard (1994) analisa a barreira perniciosa que a corrupção levanta ao desenvolvimento económico; e Coolidge e Rose-Ackerman (1997) – num estudo baseado tanto em aspectos teóricos como em exemplos africanos concretos – mostram como a *rent-seeking* (muitas vezes usada como sinónimo de corrupção) contribui para reprimir o investimento e abafar o crescimento económico.

²³ Na África subsariana, 25 países realizaram já eleições democráticas desde 1990. Este facto é por si só um motivo de alívio e orgulho. Contudo, os anos de 1997, 1998, 1999 e 2000 mostram a fragilidade deste avanço democrático e tornam claro que certos governos, mesmo dentro da SADC, não partilham nem dos valores políticos comuns nem de uma visão de longo prazo que sirva de base sustentada à paz, à estabilidade política e ao progresso económico na região.

²⁴ Os países africanos com mais êxito neste combate da transformação económica são os que incluíram na agenda para o desenvolvimento algumas das seguintes medidas: forte investimento em recursos humanos, na agricultura e no ambiente; o desenvolvimento do sector privado e a criação de condições conducentes à promoção de investimento directo, nacional, regional e estrangeiro; o fortalecimento da capacidade institucional e a reabilitação das infra-estruturas básicas, sociais e físicas; e a aplicação correcta dos fundamentos macroeconómicos.

²⁵ Na nova parceria para o desenvolvimento da África (sigla NEPAD, para *The New Partnership for Africa's Development*, October 2001), erradicar a pobreza e colocar os países africanos, tanto individual como colectivamente, no caminho do desenvolvimento sustentado é um dos dois objectivos fundamentais de longo prazo, para evitar a marginalização do continente no processo da globalização. O outro é promover o papel da mulher em todas as actividades. Ver, também, em Moura Roque (1997) uma estratégia de redução da pobreza (ERP) para o caso angolano, e em Moura Roque (2000) uma ERP a nível regional.

²⁶ O «desafio da inclusão» – com a promoção do acesso equitativo aos benefícios económicos e sociais do desenvolvimento, sem olhar à nacionalidade, à raça ou ao género – é um componente-chave da luta pela paz, pela segurança e pelo progresso (Wolfensohn 1997).

ceiros, reconstrução e expansão de infra-estruturas físicas, sociais e económicas, bem como o estabelecimento de um ambiente propício à promoção do investimento directo estrangeiro, para além da paz e reconciliação (nacional e regional) – terão de ser alguns dos vectores essenciais da estratégia de desenvolvimento a longo prazo (ver Moura Roque 1997 e 2000).

São urgentes transformações radicais de natureza estrutural e sistémica para a África poder deslocar com segurança e garantia de sucesso. Segundo Sachs (Davos, 2001), os países pobres precisam da ajuda dos poderosos e de alguma sorte. Na verdade, os países africanos precisam de muito mais!

Para a África agarrar as oportunidades que se lhe podem deparar no novo milénio terá de: educar o povo e dar voz à sociedade civil; assegurar os serviços básicos de saúde e conter o avanço aterrador da sida e da malária; garantir um sistema independente de justiça e defender, com uma fiscalização séria, os direitos humanos; combater a corrupção, a criminalidade, a degradação ambiental, a falta de água e a escassez de terras cultiváveis; e aplicar contínua e correctamente os princípios macroeconómicos, bem como atrair investidores internacionais cujo capital, gestão e tecnologia são vitais se se quiser competir com êxito na economia global (ver Moura Roque 2001).

A resposta africana à globalização deve ser estrutural e rápida. Apesar da enormidade do desafio, os governos africanos devem assumir uma parte significativa da responsabilidade na criação do ambiente conducente ao desenvolvimento e à integração da África na economia global. Isto exige dos governos medidas urgentes de transformação profunda no sentido de:

- acabar com os conflitos em países como Angola, Burundi, RDC, Serra Leoa e Sudão, que destroem as vidas e as infra-estruturas, «consumem» os recursos escassos e impedem o desenvolvimento e o investimento produtivo;
- desenvolver competências técnicas-chave nas áreas de: gestão, formação empresarial, administração, comércio e fiscal, de forma a garantir a utilização eficaz dos escassos recursos humanos, financeiros e físicos na obtenção de uma produção mais eficiente e diversificada, bem como uma melhor e mais honesta administração pública;
- utilizar com eficácia os recursos escassos de capital disponíveis na reabilitação e construção de infra-estruturas físicas (água, electricidade, transporte e telecomunicações) e sociais (saúde, educação e formação profissional), planeando a sua reconstrução e utilização numa base regional e não meramente nacional;
- dar passos apropriados para facilitar o desenvolvimento do comércio intra-regional e internacional;
- promover o investimento directo criando um ambiente propício à captação de investimento regional e estrangeiro;
- desenvolver a capacidade de transformação industrial, baseada nas vantagens comparativas de cada país/região, de forma a aumentar o

valor acrescentado dos produtos primários produzidos para exportação; essa transformação deve estar localizada tão perto quanto possível da fonte de produção;

- promover a progressiva integração económica regional, incluindo a criação de estruturas comuns de natureza financeira e administrativa, permitindo a utilização óptima do capital público da região e do estrangeiro e facilitando o comércio intra-regional e o investimento na base de uma política de regionalismo aberta;
- criar estruturas regionais de gestão de segurança, baseadas em pactos abrangentes de não-agressão e direccionadas para uma diplomacia preventiva, para a gestão e resolução de conflitos, para o estabelecimento de forças africanas de manutenção de paz e para a cooperação entre forças nacionais de polícia especializadas no combate ao crime, incluindo o contrabando de armas e drogas.

Mas embora os povos e os governos africanos devam arcar com a principal responsabilidade na transformação do continente, o sucesso exige também uma cooperação honesta por parte de outros governos e outras instituições, incluindo o FMI e o BM, e os principais credores e parceiros comerciais.

Cooperação e assistência são necessárias em 7 áreas principais onde os recursos africanos não são adequados ou onde as leis e as políticas dos países desenvolvidos dificultam o progresso do continente. Assim, é fundamental:

- acabar com as guerras, civis ou entre vizinhos, através de programas de gestão e resolução de conflitos, incluindo a reabilitação comunitária e a reconstrução regional;
- ajudar a combater a pobreza extrema e a exclusão social, bem como as doenças que estão a dizimar populações inteiras (sida, malária, tuberculose, pólio, sarampo, cólera);
- reconciliar as exigências de aplicação simultânea de programas de transformação estrutural e aprofundamento da democracia;
- promover o cancelamento ou a redução de dívidas de uma forma generosa e condicional ao investimento nos sectores sociais;
- promover a reabilitação e a reconstrução de infra-estruturas cuja inexistência está a dificultar seriamente a produção nacional e o comércio regional, e a aumentar os custos de transacção;
- facilitar o acesso preferencial dos países africanos às exportações dos G8 e aos mercados da OCDE;
- encorajar o aumento dos fluxos de investimento directo estrangeiro, incluindo a transferência de tecnologia e capital humano.

O reconhecimento destas deficiências estruturais levou o Presidente Thabo Mbeki a apelar à reestruturação da arquitectura económica global de forma a facilitar o renascimento africano.

Apesar de haver um largo consenso sobre o significado de um renascimento africano, um acreditar na capacidade da África para a

A África na era da globalização...

criatividade e o crescimento, o conteúdo económico desse renascimento inserido num mundo global está longe de ser claro e é, no mínimo, contestada a forma de o alcançar²⁷. O Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, realçou numa conferência em Chantilly (Abril de 1997) as componentes da visão para a regeneração do continente: «... estabelecimento de democracias genuínas e estáveis, nas quais florescerão sistemas transparentes de governação porque a sua autoridade e legitimidade virá da vontade do povo...». Mbeki acrescentou que esta nova ordem política ficará a dever a sua existência à experiência africana de contínuos insucessos, desde conflitos armados, regimes militares e políticos de partido único, a sistemas económicos que fracassaram na redução da pobreza, na criação de emprego, na melhor distribuição da riqueza e de recursos, no investimento em capital humano e disponibilidade de cuidados elementares de saúde e meios de habitação, bem como na atracção de investimentos directos, regionais e estrangeiros.

Estamos na presença de «... uma geração que tem sido vítima de todos estes males que ditaram o passado negativo da África...», uma geração que, todavia, «... transporta um orgulho histórico que a motiva a procurar para os africanos um lugar igual ao de todos os outros povos do nosso universo comum...». Para atingir tal objectivo, «... esta geração sabe e está decidida a resistir a qualquer tirania; a opor-se a todas as tentativas que a privem da liberdade pelo recurso à demagogia; a rejeitar a tentação de aceitar viver da caridade; a comprometer-se na consolidação da emancipação da mulher africana; e a reafirmar a adesão total ao conceito fundamental que nós somos os nossos próprios libertadores da opressão, do subdesenvolvimento e da pobreza, da perpetuação de uma experiência de escravatura à colonização, ao «apartheid» e à dependência de esmolas».

Esta geração é constituída por políticos e tecnocratas que devem assumir a responsabilidade que lhes cabe pelos erros do passado e que lhes pertence na busca de soluções no caminho da democratização política, económica e institucional. Esta é a geração cujo sentido de grande responsabilidade e orgulho pode garantir o avanço da África, um futuro melhor para o continente, em direcção ao seu renascimento. Já no passado recente esta visão baseada no orgulho e na capacidade dos africanos de alcançar um futuro mais digno, mais livre e com mais justiça e pão para todos foi proposta por vários líderes africanos, nomeadamente Kwame Nkrumah, Julius Nyerere e Samora Machel.

Também, Nelson Mandela, em 6 de Maio de 1997, no Botsuana, tinha já definido com clareza a visão estratégica para a África no contexto da globalização: «... num período de grande interdependência de nações e de crescente importância dos blocos regionais na economia global, nenhuma nação da África poderá prosperar isolada dos seus vizinhos. Se a reestruturação com sucesso das novas economias, como

base para o crescimento sustentado, é verdade o instrumento de que necessitamos para responder com eficácia às oportunidades da globalização, então precisamos: (i) de uma abordagem regional comum para enfrentarmos o desafio do desenvolvimento; e (ii) de uma voz colectiva para sermos ouvidos e respeitados nos fóruns económicos mundiais».

Dando seguimento à ideia de renascimento abrangente da África, no encontro em Davos do Fórum Económico Mundial, em Janeiro de 2001 – cujo tema central foi «Crescimento Sustentado e Redução dos Desequilíbrios» – os presidentes Thabo Mbeki, da África do Sul, e Olusegun Obasanjo, da Nigéria, apoiados pelo presidente argelino, Abdulaziz Bouteflika, anunciaram a Parceria do Milénio para o programa de recuperação africana. Na 37ª cimeira da Organização de Unidade Africana – a última antes da sua transformação em União Africana (UA) – em Lusaca (de 9 a 11 de Julho de 2001), o presidente senegalês, Aboulaye Wade, defendeu um plano pan-africano para o desenvolvimento do continente (Plano Omega), considerando que «... o desenvolvimento separado não funciona...». Estes quatro presidentes, conjuntamente com o presidente zambiano, Frederick Chiluba, são os co-promotores de um plano global de desenvolvimento baptizado de Nova Iniciativa Africana, que nasceu, em Julho de 2001, da junção dos dois documentos anteriores, e foi apresentado através do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, na última cimeira do G8, em Génova.

A Nova Iniciativa Africana que foi rebaptizada, em Outubro de 2001, como Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) tem como principais vectores para o renascimento do continente: a governabilidade política, o respeito pelos direitos humanos, a democracia, a paz e a segurança; o fortalecimento económico empresarial de forma a reduzir drasticamente a pobreza e a promover o desenvolvimento do sector privado; o desenvolvimento regional dos sistemas bancário e financeiro, promovendo a estabilização macroeconómica e o investimento directo, regional e internacional; o melhoramento do acesso e do uso de infra-estruturas ligadas às tecnologias de informação e comunicação, à energia e ao transporte, às água e ao saneamento, bem como o fortalecimento da cooperação regional e do comércio através da expansão de infra-estruturas regionais; o investimento maciço no desenvolvimento dos recursos humanos, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação, e na aplicação de programas de redução de pobreza; a formulação de estratégias para o desenvolvimento dos sectores agrícola, transformador, mineiro, de turismo e serviços; e a reforma da cooperação internacional, nomeadamente na área da dívida externa dos países africanos pobres fortemente endividados.

Sem a verificação destes requisitos será impossível a realização da transformação económica, social, institucional e política de que os países africanos precisam para pôr o continente numa trajectória, humanizada, de desenvolvimento a longo prazo. Se, ao mesmo tempo, houver lideranças fortes, empenhadas e visionárias que posicionem cada um dos países na dinâmica, sem recuos, da paz, da verdadeira reconciliação

²⁷ Os programas da Nova Iniciativa Africana, lançado em Julho de 2001, e o da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, em Outubro de 2001, têm contribuído bastante, desde então, para alterar esta situação, não só entre os líderes africanos como no contexto internacional.

e do crescimento com justiça social, o continente africano vencerá a batalha contra a pobreza e a corrupção – rumo à construção do futuro no século XXI.

Apoiar África nesta tarefa gigantesca não é caridade; é um imperativo. Ninguém com uma perspectiva honesta poderá esperar que um homem doente e subnutrido possa competir de igual para igual com um campeão maratonista na sua melhor condição nos jogos olímpicos, e muito menos se esse homem não for capaz de se sustentar durante os treinos por não ter recursos financeiros para o fazer. Contudo, é esse o erro que se comete sempre que as culpas do fracasso da África em competir com sucesso num mundo globalizado são unicamente imputadas ao continente. A corrupção e a incompetência das lideranças africanas têm contribuído imenso, sem dúvida, para despoletar e alimentar o subdesenvolvimento e as crises contínuas em que a África vive. Todavia, papel igualmente importante deve ser atribuído à escravidão, à cobiça internacional, aos jogos de poder, à exploração, à manipulação de governos e das multinacionais, ao comércio corrupto de armas e à atribuição de comissões chorudas para a manutenção de negócios duvidosos. Há, concerteza, suficientes culpas para todos.

As nossas instituições globais têm sido incapazes de enfrentar estes desafios com eficácia, humanismo, solidariedade e sucesso. Todavia, estes desafios têm de ser resolvidos, quanto antes, e não apenas por um imperativo moral. Vale a pena recordarmos que a última ronda de globalização originou o aparecimento do fascismo e os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Bibliografia

- ADEDEJI, A. (1999), «Comprehending African Conflicts», in Adedeji, A. (ed.), *Comprehending and Mastering African Conflicts: The Search for Sustainable Peace and Good Governance*, African Centre for Development and Strategic Studies, Nigéria.
- ANNAN, K. (2000 a), «Preventing conflicts in the next century», *The World in 2000, The Economist* (1 de Janeiro).
- ANNAN, K. (2000 b), «Fazer com que a globalização beneficie os pobres», *Público* (17 de Dezembro).
- CHIKULO, B. C. (1997), «Structural adjustment and the new conditionalities: towards development in Africa», in Hope, K. R. (ed.): *Structural Adjustment, Reconstruction and Development in Africa*, Ashgate Publishing Company, USA.
- CLEARY, S. (2001), «Shaky markets offer lessons on cracks in global economy», *The Earth Times* (March 26).
- DOLLAR, D. (2001), «Ajuda ao Desenvolvimento, Reformas e Redução da Pobreza em África», em *Globalização, Desenvolvimento e Equidade* (Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote), Lisboa.
- FURLEY, O. (1999), «Conflict Prevention and Conflict Resolution in Sub-Saharan Africa: a Changing Task», artigo apresentado ao IV Colóquio SCUSA, School of Development Studies, University of East-Anglia (5-8 de Setembro).
- GIDDENS, A. (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Editorial Presença, Lisboa.
- GREEN, R. H. (1999), «Obstacles to Comprehension and Barriers to the Mastering of Conflicts», in Adedeji, A. (ed.), *Comprehending and Mastering African Conflicts:*

- The Search for Sustainable Peace and Good Governance*, African Center for Development and Strategic Studies, Nigéria.
- KLITGARD, R. (1994), «Bribes, Tribes and Markets that Fail: Rethinking the Economics of Underdevelopment», *Development Southern African*, vol. 11 (14).
- MOURA ROQUE, F. (1997), *Building the Future in Angola: A vision for a sustainable development*, Celta Editora, Oeiras.
- MOURA ROQUE, F. (2000), *Construir a Paz em Angola: Uma proposta política e económica*, Edições Universitárias Lusófonas.
- MOURA ROQUE, F. (2000/2001), «From Plan to Social Market: The Transition in Angola», in Wohlmuth, K. et al (eds.): *Africa's Reintegration into the World Economy, African Development Perspectives Yearbook 2000/2001*, Transaction Publishers, London.
- MOURA ROQUE, F. (2001), «Globalização e Desenvolvimento: os desafios da África no novo Milénio», Oração de Sapiência, Universidade Lusófona. (6 de Abril).
- ODINUGA, S. (1999), «Achieving Good Governance in Post-Conflict Situation: The Dialectic between Conflict and Good Governance», in Adedeji, A. (ed.), *Comprehending and Mastering African Conflicts: The Search for Sustainable Peace and Good Governance*, African Centre for Development and Strategic Studies, Nigéria.
- THOMAS, M. A. (2001), «Perdoando bem a dívida», *Economia Pura*, Dezembro 2001, Lisboa.
- VAN DE WALLE, N. (2001), «Reforma Económica em África, 1980 – 2000: Padrões e Condicionalismos», em *Globalização, Desenvolvimento e Equidade* (Fundação Calouste Gulbenkian e Publicações Dom Quixote), Lisboa.
- WEMPLE, D. (1999), *Does Democracy Have a Future in Africa?, Can it Find a Firm Foothold or is it a Losing Cause?*, Market On-Line Network Africa.
- WOLFENSOHN, J. D. (1999), *A Proposal for a Comprehensive Development Framework*, Banco Mundial, Washington DC.

A África na era da globalização...